

# HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

## PROGRAMA

### **1- A Europa saída de Versalhes**

- Versalhes: local onde foram assinados vários tratados
- Tratado de Versalhes: tratado que põe fim à 1ª Guerra Mundial
- Versalhes fez a Europa dos nossos dias
- Particularidade do Palácio de Versalhes: Sala dos Espelhos- permite determinadas simulações ( ex: ampliava a imagem do rei quando ele entrava). A rendição da Alemanha é assinada nesta sala

### **2- Economia europeia e economia americana. A crise de 1929.**

- Início do marcar da diferença entre a economia americana e a europeia
- Deslumbramento da economia americana – produtos inovadores + efeito quantidade  
Ex: Meias de seda, leite em pó, generalização do automóvel
- Crise de 1929: crise económica mas também psicológica – confusão entre a realidade e a aparência

### **3- O acontecer histórico dos totalitarismos: fascismo italiano, nacionalismo alemão, estalinismo soviético**

- O fascismo italiano e o nacionalismo alemão são hoje situações vencidas
- Estas doutrinas são alvo de uma avaliação ideológica

#### **4- O fenómeno guerra: a Guerra Civil Espanhola; a IIª Grande Guerra. O fenómeno japonês**

- Guerra Civil espanhola- contraposição entre os nacionalistas e os vermelhos
- Fenómeno japonês – é preciso entender a sua cultura

#### **5- O Plano Marshall. A “Guerra Fria”. O poder bipolar.**

- Ruína da Europa após II G.M. – tinha duas hipóteses: o mundo soviético ou o mundo americano
- Se os EUA não tivessem ajudado a Europa, tinham-na perdido para os soviéticos
- Plano Marshall- recuperar das infra-estruturas
- Invasão dos produtos americanos na Europa
- Guerra Fria: choque entre EUA e URSS - espionagem científica
- Poder bipolar: mundo repartido pelos EUA e URSS
- A partir anos 80 os EUA são uma potência unipolar- “pólicia do mundo”

#### **6- Desenvolvimento económico e tecnológico. O debate das energias. Produção e consumo.**

- Será que um maior desenvolvimento económico leva a um desenvolvimento tecnológico? Será que o desenvolvimento tecnológico depende do desenvolvimento económico?

#### **7- O fim do mundo bipolar. A União Europeia**

- Aparecimento da EU, qual o seu futuro?
- Países marginalizados

## O POST – Iª GRANDE GUERRA (1919-1929)

- Armistício- 11 Novembro de 1918. Ratificação dos tratados de paz  
Problema: as fronteiras- desaparecimento do Império Austro-Húngaro
- Rivalidades entre os vencedores
- O problema da reparações de guerra: Alemanha- devolve a Alsácia e a Lorena à França; também cedeu territórios à Bélgica e à Dinamarca; as suas forças armadas são fortemente reduzidas.
- Keynes: chama a atenção para o excesso de exigência que os Aliados colocam à Alemanha relativamente às reparações monetárias
- Reacções à resolução de 1917- perigo da expansão da Rússia
- Dificil situação interna alemã: República de Weimar; tentativas de organizar a indústria, mas inflação brutal. Apoio americano através de investimentos.
- 1929 – colapso do sistema bancário alemão. Lutas sindicais. Ruína das classes médias.
- França- inflação, fuga de capitais, recurso aos trabalhadores estrangeiros.

### O PROBLEMA DAS REPARAÇÕES DE GUERRA

- Os Aliados dividiram-se quanto às indemnizações a pagar: fixaram uma soma exagerada- a Alemanha disse logo que não podia pagar.
- A Alemanha propôs pagar a dívida com produtos alemães mas a França e a Inglaterra não aceitaram
- O montante exigido à Alemanha vai baixando mas não baixa o suficiente. ( mais tarde Hitler sobe ao poder)
- Desaparecimento da monarquia alemã
- Para evitar que a França tomasse conta da Alemanha os EUA investiram na Alemanha, especialmente na indústria automóvel.
- Grande problema alemão: Inflação, ruína da classe média ( depois vai apoiar Hitler)

## O RESTO DO MUNDO- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- Inglaterra:  
Enfraquecimento económico  
Políticas de reconstrução- instrução, habitação e saúde  
Esforço para recuperar preponderância financeira  
Recurso ao mercado interno
  
- Itália:  
Crise económica que leva ao fascismo ( Outubro de 1922- Marcha sobre Roma),  
com Mussolini, até 1943
  - a) Reacção ao mundo liberal
  - b) Defesa do político
  - c) Conciliação entre capital e trabalho- corporativismo
  - d) Paixão pelas novas tecnologias, pela eficácia dos valores da acção
  - e) Reacção contra a democracia parlamentar e irracionalismo e excesso de nacionalismo
  
- EUA:  
Passam a ser líderes do mundo
  - a) Triunfo da produção e da distribuição
  - b) Esboço de uma sociedade de consumo ( automóvel)
  - c) Tecnologia de construção civil
  - d) Cultura de massa (rádio e cinema)
  - e) Numerosas possibilidades de emprego. Emancipação feminina
  - f) Melhoria das condições de vida
  - g) “Welfare capitalism”/ “businessman”

## **CRISE DE 1929**

### **A- FACTUALIDADE**

- Crise na bolsa de N.Y. (24 de outubro 1929- “5ªfeira negra”)
- Precipitada ordem de venda de acções prometedoras
- Apesar de um sindicato de banqueiros- o colapso
- Especulação no preço dos terrenos da Flórida

## **B- CONSEQUÊNCIAS**

- Ruptura do sistema
- Quebra na produção industrial
- Falências bancárias
- Desemprego (12 milhões nos EUA)
- Suicídios

## **C- CAUSAS**

- Não há resposta única
- Excesso de oferta comercial. Criação de necessidades artificiais.
- Desequilíbrio na distribuição dos rendimentos
- Deficiente estrutura das empresas (dividendos/investimentos)
- Deficiente estrutura bancária
- Excessiva concessão de crédito

## **D- EXTENSÃO**

- Começo na América e propagação à Europa (1930-1932)

**SÍNTESE:** Põe em questão ideias fundamentais em que assentava a civilização Industrial. Voltam a precariedade e a insegurança.

## **MEDIDAS PARA SAIR DA CRISE – NEW DEAL**

- Caracterizam-se por serem medidas de intervenção económica e social
- Protagonista principal: Franklin Roosevelt- presidente dos EUA
- Ajuda à agricultura- subida dos preços agrícolas mas com redução do espaço de culturas e dos efectivos humanos que trabalhavam na terra
- Programas de assistência: comida e alojamento
- Lançamento de obras públicas: criação de postos de trabalho

- Estímulos à poupança privada
- Desvalorização do dólar

### **Técnicas usadas por Roosevelt:**

- a) Conversas à lareira; imagem da “bomba de água”
- b) Inspiração universitária
- c) Comissões arbitrais que articulavam com o presidente

## **O POST- CRISE DE 1929**

- Depressão sustida em finais de 1932 e começo da recuperação a partir de 1935, sobretudo devido à garantia de preços mínimos para a produção agrícola.
- 1936: Aparecimento da obra “General Theory” da autoria de John Maynard Keynes
  - a) No sistema económico não funciona a mão invisível, ou seja, o ajustamento espontâneo.
  - b) Por isso, é preciso que aconteça a mão visível do Estado, ou seja, intervenção reguladora. Este papel regulador vai tornar-se num traço comum em todos os Estados Ocidentais
  - c) Atitudes económicas gerais que se recomendam: consumir, poupar, investir
  - d) O fim da economia é o bem estar social. Este depende do pleno emprego e de um sistema de segurança social.

Estes devem ser os objectivos económicos prioritários de qualquer governo

## **IIª GRANDE GUERRA MUNDIAL**

### **A- SITUAÇÃO NA ALEMANHA:**

- Inflação sem controlo; a democracia é encarada como fonte de todas as dificuldades

- 1933- o presidente Hindenburgo fez de Adolf Hitler o novo chanceler da Alemanha (porque o seu partido teve a maioria dos votos nas eleições para o parlamento alemão)
- É lançado um programa de obras públicas e o serviço militar volta a ser obrigatório
- Expansão alemã: Áustria (1938); Checoslováquia (1939); Rússia (1941); o exército alemão é obrigado a render-se em Estalinegrado (Verão de 1942).

## **B- ANTERIORES CASOS DE GUERRA:**

- Invasão da Manchúria pelo Japão (1931)
- Invasão da Etiópia pela Itália (1935)

## **C- APROVEITAMENTO CONJUNTURAL:**

- O Japão aproveita a pressão alemã sobre a Rússia para ocupar, no sudoeste asiático, o que fora desta. Depois ocupa tudo o que era francês na Indochina. Esta expansão é vista como intolerável pelos EUA. Resposta japonesa: ataque a Pearl Harbor (Dezembro 1941)

A guerra tornou-se mundial

## **A Europa saída do Tratado de Versalhes e o fim da Iª Guerra Mundial**

A 11 de Novembro de 1918 é assinado o Armistício, que põe fim à Iª G.M.; ou seja, assiste-se à rendição da Alemanha e ao depor das armas.

A Conferência de Versalhes iniciou-se em janeiro de 1919, estando representados 27 países. Concluída seis meses depois, as suas decisões constituem o tratado de Versalhes (28 de junho de 1919).

A Alemanha é considerada responsável pela guerra. Os opinião pública alemã não “aceita” o Tratado, considerando-o um diktat (paz imposta).

Note-se que a rendição da Alemanha é assinada na Sala dos Espelhos, no Palácio de Versalhes. Nesta mesma sala, em 18 de janeiro de 1871, Guilherme I (Rei da Prússia) é proclamado Imperador da Alemanha, iniciando-se o II Reich. Na altura da IIª Guerra Mundial, Hitler faz questão de ir à Sala dos Espelhos. Esta sala permite determinadas simulações, pois foi criada de modo a tornar imponente a entrada do rei; dando início assim aos pormenores cénicos, que caracterizam a época contemporânea.

Podemos afirmar que o Tratado de Versalhes tem 2 aspectos/ consequências fundamentais.

O primeiro é a alteração do mapa político da Europa: os grandes impérios autocráticos desaparecem e dão lugar a Estados Nacionais. O Império Austro-Húngaro desaparece e surgem novos países como a Polónia, a Checoslováquia, a Jugoslávia, a Hungria e a Áustria.

O segundo é o problema das Indemnizações de Guerra: A Alemanha cede territórios à Polónia, perde as suas colónias e é obrigada a devolver à França, a Alsácia e a Lorena, zonas ricas economicamente. As suas forças armadas ficam reduzidas a 100 000 soldados e a 15 000 marinheiros. Os aliados dividiram-se quanto às indemnizações a pagar mas fixaram uma soma exagerada. A Alemanha, perante a impossibilidade de pagar tal montante, propõe liquidar a dívida com produtos alemães mas a França e a Inglaterra recusam (com receio da produtividade alemã). O montante exigido vai baixando, mas não o suficiente.

Para evitar que a França dominasse a Alemanha, os EUA investem nela, principalmente na indústria automóvel (General Motors compra a Opel). Mas uma grave crise económica instala-se na Alemanha, assistindo-se a um disparo inflacionista e à ruína da classe média.

Com esta crise económica, aliada à “avaria política” e ao orgulho nacional (ferido com o Tratado de Versalhes), estão reunidas as condições para que, em 1933, Hitler suba ao poder com o Partido Nacional Socialista. A classe média teve um papel determinante na ascensão de Hitler.

### A Inglaterra após a Iª Guerra Mundial

#### **Em Inglaterra verifica-se um enfraquecimento económico. A posição vantajosa da Inglaterra passa para os EUA, após a Primeira Guerra Mundial.**

A instrução, habitação e saúde, sectores decisivos que têm de ser recuperados na sua essência, são alvo de políticas de reconstrução. Assistimos ao início da habitação social e, uma vez que as casas eram todas iguais, surge a decoração de interiores. Devido a uma falta crónica de saúde- tuberculose- é criado um sistema de Serviço de Saúde, os Centros de Saúde. Com o combate à sífilis verifica-se um aumento da natalidade. Investe-se, na esfera da instrução, na habilitação profissional.

Existe um esforço para recuperar a preponderância financeira. O valor facial e a matéria (ouro/prata) da libra era muito forte. Uma vez que as oportunidades internacionais estão tomadas pelos EUA, a Inglaterra recorre ao mercado interno.

#### **E- A Itália após a Iª Guerra Mundial**

Em Itália a crise económica leva ao fascismo, com Mussolini, até 1943 ( Outubro de 1922- Marcha sobre Roma).

- a) Reacção ao mundo liberal
- b) Defesa do Político
- c) Conciliação entre capital e trabalho- corporativismo
- d) Paixão pelas novas tecnologias, pela eficácia dos valores da acção
- e) Reacção contra a democracia parlamentar e irracionalismo e excesso de nacionalismo

### Os Estados Unidos da América após a Iª Guerra Mundial

Após a Iª Guerra Mundial, os Estados Unidos da América passam a ser os líderes do mundo.

Assiste-se ao triunfo da produção, que assentou no efeito quantidade, e da distribuição, que fez com que “nada faltasse a ninguém em qualquer lado”. O leite em pó e enlatado e as meias de seda são produtos emblemáticos deste deslumbramento da economia americana dos anos 20.

Começa-se a traçar um esboço de uma sociedade de consumo, ou seja, uma sociedade na qual a atitude psicológica é a de consumir sem a angústia da finitude.

O emblema desta sociedade de consumo é o automóvel. Devido à oferta e à facilidade financeira (custava  $\frac{1}{2}$  do salário médio) era relativamente fácil ter automóvel nos EUA. Este tinha uma manutenção barata e os veículos eram todos iguais (economias de escala crescentes permitiam um preço baixo). O automóvel tornou-se indispensável e assumiu-se como uma manifestação de independência. A marca era a Ford (Henry Ford) e o seu sucesso assentava criatividade do processo: montagem em cadeia especializada e simplicidade de mecânica.

A tecnologia de construção civil é desenvolvida e surgem os arranha-céus, cuja construção em altura deixava livres terras suficientes para cultivo.

Através da rádio e do cinema surge uma cultura de massa, que permitia transmitir ideias semelhantes a uma massa significativa de pessoas . Quando o cinema passa a ter som tornou-se numa arma de propaganda política.

Existiam numerosas possibilidades de emprego e aparecem novas profissões. Dada a multiplicidade de funções, no mercado de trabalho, a emancipação feminina é quase obrigatória, pois existem agora tarefas específicas para mulheres. Começa a existir uma administração autónoma do trabalho.

Assiste-se também a uma melhoria das condições de vida.

Surgem nesta altura os homens de ideias inovadoras e conceitos como “nicho de mercado”, associados aos termos de “welfare capitalism” e “businessman”.

## **F- A crise de 1929**

A 24 de Outubro de 1929 (5ª feira negra) assiste-se a uma crise na Bolsa de Nova Iorque, provocada pela repentina ordem de venda de acções prometedoras.

A vida económica parou pois, devido à desconfiança instalada nos compradores, ninguém comprou e, conseqüentemente, ninguém pôs mais acções à venda.

O colapso dá-se apesar de um sindicato de banqueiros ter tentado comprar acções para a vida económica recomeçar.

A especulação no preço dos terrenos na Flórida contribuiu para o instalar da crise pois, nesta altura, muitas pessoas estavam endividadas para comprar esses terrenos.

A crise de 29 vem chamar a atenção para os efeitos psicológicos, pois esta, apesar de ser económica, também é psicológica. A partir dos anos 30 a aparência torna-se muito importante. O aparecimento do Marketing e da Publicidade está intimamente relacionado com esta crise.

Não existe uma causa única, mas podemos apresentar como causas a criação de necessidades artificiais, o excesso de oferta comercial, a deficiente estrutura das empresas (não tinham organização suficiente e não existia uma divisão eficiente entre dividendos e investimento), o desequilíbrio na distribuição dos rendimentos, a deficiente estrutura bancária e a excessiva concessão de crédito.

Como principais conseqüências podemos apontar a quebra na produção industrial, o desemprego (12 milhões nos EUA), a ruptura do sistema, as falências bancárias e os suicídios.

Para sair da crise são desencadeadas medidas de intervenção económica e social, conhecidas por New Deal e que se caracterizam por:

- Ajudas à agricultura através da subida dos preços agrícolas, mas com redução dos espaços de cultura (agricultura intensiva) e dos efectivos humanos. Visava-se assim incentivar o agricultor. Com a maquinaria agrícola (tractor, pivot) era possível uma poupança de custos em escala. Note-se que os preços agrícolas estão relacionados com os preços da comida, da qual é impossível prescindir.
- Programas de assistência (comida e alojamento)
- Lançamento de obras públicas (como pontes e estradas), que permitiu criar postos de trabalho. O Estado, em vez de pagar subsídios de desemprego, absorve os desempregados.
- Estímulo à poupança privada com a criação de mecanismos que dêem lucros à poupança.

- Através da desvalorização do dólar incentivou-se o investimento interno e estrangeiro.

Franklin Roosevelt, presidente dos EUA, principal protagonista do New Deal, comunicava com a população através do rádio, a partir da sua casa de campo, tinha a sua mulher ao lado a tricotar. Falava de aspectos concretos da crise, apresentando medidas e depois explicando as suas consequências. A inspiração universitária foi determinante para a aplicação das medidas do ND. Existiam comissões arbitrais, nomeadas pelo governo para fiscalizar, que articulavam com o presidente.

A depressão é sustida em finais de 1932 e a recuperação dá-se a partir de 1935, especialmente devido à garantia de preços mínimos para a produção agrícola.

Em 1936 surge a obra “General Theory” de John Maynard Keynes, académico de Oxford, célebre devido à questão das indemnizações de guerra do Tratado de Versalhes.

A “General Theory” assenta principalmente na ideia de que a mão invisível ( termo criado por Adam Smith, que significa o ajustamento espontâneo da economia) não funciona, sendo assim necessária a intervenção do Estado na economia, através de políticas económicas. As atitudes económicas gerais recomendadas são consumir, poupar e investir. O fim da economia é o bem estar social, que depende do pleno emprego e de um sistema de segurança social. Com o pleno emprego e o sistema de segurança social, as atitudes económicas de consumir, poupar e investir estão garantidas, o que, por sua vez, garante o bom funcionamento económico.

### **Características técnicas da IIª Grande Guerra Mundial**

Como características técnicas da IIª Guerra Mundial podemos apontar:

- Triunfo definitivo do avião, o que levou a alterações técnicas de combate devido ao emprego, em grande escala, de tropas aerotransportadas.
- Importância dos porta-aviões, pois serviam de apoio (combustível e logística) aos aviões.
- Desenvolvimento da tecnologia da contrariedade com o caça-submarinos e os contra-torpedeiros, numa lógica militar de intercepção.
- Novas armas de fogo e técnicas militares, que depois influenciam o civil (gases venenosos estão na origem dos sprays de casa).

### **G- Consequências da IIª Guerra Mundial**

Como principal consequência é quase que obrigatório referir os 40 milhões de mortos

- As economias nacionais fecharam-se sobre si próprias, passando a funcionar numa lógica de auto-subsistência.
- Desenvolvimento científico e técnico- “equilíbrio de terror”, tecnologias de destruição
- Desenvolvimento/ crescimento das cidades
- Expansionismo da URSS – avança em direcção à Alemanha de Leste e ocupa territórios
- Triunfo da rádio e do cinema
- Plano Marshall (1947): 17 000 milhões de dólares, em 4 anos, para ajudar à reconstrução da Europa. Cada país fixava um objectivo de reconstrução, avaliando o seu custo.
- Acordos de Bretton-Woods: remediar os defeitos do sistema monetário
- 1945- Aparecimento do Fundo Monetário Internacional – impõe uma disciplina aos países que recebem o empréstimo.

## **H- Plano Marshall**

Em 1947, George Marshall, chefe da diplomacia norte-americana, fez um discurso na universidade de Harvard, referindo a necessidade de ajudar a reconstruir a Europa Ocidental

O objectivo do Plano Marshall era ajudar na reconstrução da Europa Ocidental, através de ajuda económica, financeira, assistência técnica e envio de equipamento militar (para travar a expansão militar da URSS).

Tinha como finalidades laterais evitar que a Europa Ocidental caísse na esfera de interesses da URSS e mostrar a Moscovo a firme atitude de Washington, no sentido de ajudar a Europa Ocidental.

Em Abril de 1948, o Congresso dos EUA autorizou o presidente Truman a aplicar o Plano Marshall.

Entre 1946 e 1961 a Europa Ocidental recebeu, através do Plano Marshall e de outros mecanismos complementares, 300 000 milhões de dólares, 64% como doação e o resto como empréstimo.

# O FIM DO ANTIGO REGIME (1777 – 1820)

## A situação antes das Invasões Francesas:

### 1- A Viradeira. A época de D. Maria

- D. José morreu em 1777 e sucedeu-lhe no trono a filha, D. Maria I, que estava casada com o infante D. Pedro. O casal sempre vivera afastado da política, mas sabia-se que não era simpatizante com Pombal.
- As forças comprimidas durante o seu consulado reapareceram imediatamente e tentaram impor o regresso ao passado – a esse momento de confusão e clamor chamou-se a *viradeira*.
- **A orientação do Governo modificou-se e, de um modo geral, o dirigismo económico pombalino foi abandonado.** Várias manufacturas que tinham sido absorvidas pelo Estado foram confiadas à administração dos grupos particulares. Mas o surto de formação capitalista que Pombal desencadeara manteve-se, ou produziu os seus efeitos. A situação internacional favorecia a nossa situação económica. A Guerra da Independência da América (1776-1783), desencadeando a rivalidade marítima anglo-francesa, desarticulou o sistema de comércio inglês no Atlântico e os nossos mercadores tiraram daí os maiores proveitos
- **A relativa estabilidade política que se verificou até ao fim do século e a abundância de dinheiro tornaram possíveis muitas iniciativas culturais do Estado e dos particulares.** Em 1779 foram aprovados os estatutos da Real Academia das Ciências, cujo objectivo era colocar a investigação científica ao serviço do desenvolvimento económico português. É também desta época (1780) a criação da Casa Pia. Os monumentos então construídos são o espelho desta época aristocrática e abastada: Basílica da Estrela, Santuário do Senhor dos Remédios de Lamego, Teatro de S. Carlos, etc.

## 2- Portugal e crise da Europa

- Em **1789 iniciava-se a Revolução Francesa**. Alarmadas, as cortes da Europa viam nas jornadas revolucionárias uma ameaça para a ordem política e social vigentes
- A nossa primeira atitude foi a de combater a revolução. Em 1794, um corpo do exército português desembarcou na Catalunha e, unido a poucas tropas espanholas, iniciou a guerra nos Pirinéus (campanha do Rossilhão). Os nossos navios foram postos à disposição dos almirantes britânicos.
- A guerra correu mal e a Espanha, sem que nós o soubéssemos, contratou a paz com a França. No ano seguinte negociou uma aliança e passou a alinhar a sua política externa pela da França e contra a Inglaterra
- **Para Portugal as alternativas eram duas: a órbita francesa ou a aliança inglesa**. A solução francesa significava a guerra marítima com a Inglaterra e, portanto, o fim dos negócios, a perda da base económica da vida nacional, que era o Brasil. A conservação da velha aliança tinha por consequência a hostilidade do bloco francês e a invasão do território pelos Espanhóis, que viam na crise da Europa um bom ensejo para eliminar a independência portuguesa.
- A opinião do país estava dividida. Os sectores intelectualistas e progressivos formavam o “partido francês”. Para eles, o poder da França não era uma ameaça mas uma esperança; com entusiasmo romântico esperavam a vinda das tropas que traziam às nações oprimidas as conquistas políticas da revolução liberal. Pelo contrário, para os sectores mais arreigados à tradição, ainda saudosos da monarquia dos tempos anteriores ao marquês, os franceses eram, além de inimigos, jacobinos e ateus; deviam pois ser intransigentemente combatidos, e essa defesa da independência podia representar um caminho para regressar aos velhos tempos da monarquia dos nobres e do clero.
- **A rainha enlouqueceu por esta altura. O seu filho, o infante D. João (que, alguns anos depois, passou a usar o título de príncipe regente e, quando a rainha morreu, o de D. João VI) assumiu o poder**, singrando com dificuldade entre as tendências opostas, ambas com fortes representantes.
- Aos comerciantes e a muitos nobres cujas fortunas dependiam do trato comercial a única causa que interessava era a paz. O seu ponto de vista triunfou. **A acção diplomática portuguesa entre 1795 e 1807 foi uma dramática luta pela paz.**
- Mas a paz tinha grandes obstáculos. Os franceses mostravam-se dispostos a aceitar a nossa neutralidade no conflito anglo-francês desde que essa neutralidade fosse efectiva, isto é, desde que os ingleses não se servissem dos nossos portos para a guerra que faziam à França. Ora a Inglaterra não aceitava essa condição pois os nossos portos eram indispensáveis para os seus navios. Portugal não tinha força para impedir que os ingleses utilizassem os seus portos nem queria hostilizá-los, porque isso representava o fim do comércio. A tese portuguesa era portanto a de que a neutralidade se limitava à não beligerância e não nos podia impedir de cumprir os deveres impostos pela velha aliança inglesa.

- Em 1801, um ultimato obrigou Portugal a escolher definitivamente entre a Inglaterra e a França mas Portugal não o fez e continuou a tentar negociar. O exército espanhol invadiu o país, foi uma guerra curta, que o povo não levou muito a sério e que ficaria conhecida, na chacota popular, como a “guerra das laranjas”. A paz fez-se depressa, mas saiu-nos cara: uma indemnização de 25 milhões de francos, entrega à França de algumas terras ao norte do Brasil, entrega à Espanha da cidade de Olivença e obrigação de fechar os portos aos navios ingleses. Esta última obrigação não se cumpriu e continuou a intensa luta diplomática.
- Em **1806**, Napoleão, que acabava de derrotar a Prússia, grande potência militar, e dominava sem contestação toda a Europa continental, resolveu pôr termo à resistência inglesa. Para isso decretou o **Bloqueio Continental**, isto é, o encerramento dos portos europeus à navegação inglesa. Portugal recebeu ordem para obedecer ao bloqueio: fechar os portos e fazer guerra à Inglaterra. Voltámos a tentar convencer da nossa tese de não beligerância, e, no último momento, cedemos e declaramos guerra à Inglaterra.
- Mas a independência portuguesa não cabia nos planos de reforma da Europa de Napoleão. Por uma combinação com a Espanha o país seria desmembrado em três pequenos estados e as colónias portuguesas, incluindo o Brasil, seriam divididas entre a França e a Espanha. (A este ajuste secreto se chama, sem rigor, o Tratado de Fontainebleau; parece que Napoleão nunca teve a menor ideia de o cumprir.)

## As invasões francesas

### **1ª Invasão: 1807- Junot**

- O exército francês, comandado pelo general Junot, destinado à ocupação de Portugal passou a fronteira franco-espanhola em 18 de Outubro de 1807. Só em 17 de Novembro os primeiros destacamentos penetraram em Portugal, pela fronteira da Beira Baixa. Nenhuma oposição foi feita à caminhada das tropas francesas.
- Já a vanguarda francesa estava em Abrantes quando a notícia chegou à corte de Lisboa, em 24 de Novembro. O regente reuniu o Conselho de Estado, no Palácio da Ajuda, e foi decidido pôr em prática o plano, já anteriormente estabelecido e apoiado pelos ingleses, da **transferência da família real e da corte para o Brasil**.
- **Durante a ausência do príncipe regente, o Governo ficaria entregue a uma regência** constituída por vultos de certo prestígio: o marquês de Abrantes, Pedro de Melo Breyner, D. Francisco de Noronha.
- O embarque fez-se em Belém, em 15 navios de guerra, além das naus e fragatas de guerra, que conduziram a corte e seu pessoal, partiram também 20 navios

mercantes, com toda a gente que, sem obrigação oficial, quis ir para o Brasil. No total, eram cerca de 10 mil pessoas, que incluíam quase a totalidade dos quadros do aparelho estadual, na realidade, incluía todo o estrato cimeiro da sociedade portuguesa.

- Junot estava no Cartaxo quando um correio lhe levou a notícia de que a família real embarcara em Lisboa. Os franceses meteram-se a caminho da capital, na esperança de evitarem ainda a saída da corte. Na noite seguinte chegaram a Sacavém, onde os aguardava uma deputação da Junta da Regência, incumbida de apresentar cumprimentos de boas vindas
- Antes de partir, o príncipe regente recomendara que o exército francês fosse recebido em boa paz. **O exército atravessou o país sem encontrar nenhuma resistência, nem organizada, nem popular.** Junot vinha como um general de um país aliado. Para alguns vinha mesmo como um libertador: era a Revolução que vinha com ele. Esse é um aspecto que deve ser posto em relevo: **as invasões francesas foram o primeiro episódio das lutas entre o absolutismo e o liberalismo em Portugal.**
- Logo que se **instalou em Lisboa**, Junot deu-se ares de reformador da vida social: anunciou uma era nova de liberdade e progresso, prometeu a abertura de estradas e canais (esse era o nosso maior atraso), administração eficaz, saneamento financeiro, asilos para os pobres, escolas para o povo.
- Junot não teve dificuldade em conseguir assinaturas de notáveis para uma mensagem dirigida a Napoleão, em que se pedia a nomeação de um rei para Portugal. O pedido foi levado a Baiona por uma vistosa representação dos três estados do reino, clero, nobreza e povo. Junot entendeu conveniente que o documento levasse a assinatura dos magistrados para lhe dar o aspecto de representação nacional.
- Um desses magistrados era o juiz do povo. Ocorreu então um episódio que já foi considerado a primeira tentativa de implantação do constitucionalismo em Portugal: o juiz do povo foi levado a “casa do desembargador Francisco Duarte Coelho e introduzido para a sua livraria, onde concorreram também quase todos os da conspiração. Ali lhe disseram que estava nas suas mãos fazer a felicidade da Nação, já que os nossos maiores se não tinham sabido aproveitar na aclamação de el-rei D. João IV”. O que para isso devia fazer era simples: quando Junot lhe pedisse o voto, devia apresentar um documento que eles, conspiradores, estavam a elaborar. O bom homem assim fez.
- O documento era um **projecto de constituição**. Os princípios fundamentais, que se inspiram na Constituição do grão-ducado de Varsóvia, eram os seguintes:
  1. eleição dos deputados pelos conselhos,
  2. religião católica,
  3. liberdade de todos os cultos e concordata com a Igreja (semelhante à que havia em França),
  4. igualdade dos cidadãos perante a lei,
  5. divisão do país em oito departamentos

6. elevação das colónias à situação de províncias ou departamentos, com direito de representação no Parlamento
  7. criação de um Ministério da Instrução Pública
  8. liberdade de imprensa
  9. poder executivo exercido por um conselho de estado formado por ministros
  10. poder legislativo formado por duas câmaras
  11. poder judicial independente
  12. escolha dos funcionários com base no mérito
  13. secularização dos bens de mão morta (propriedade eclesiástica)
  14. igualdade de impostos, na proporção dos bens
  15. consolidação da dívida pública
- **Muitos dos pontos do projecto de 1808 foram consagrados na constituição de 1822**
  - Mas nem Junot remeteu o projecto para França, nem a evolução dos acontecimentos permitiria que a fugaz ocupação francesa se transformasse em revolução liberal
  - Em poucos meses, **a Espanha passou de incondicional aliada da França a inimiga implacável de Napoleão**. Reagindo contra a ocupação militar francesa e a “traição de Baiona” (onde o monarca espanhol e o seu filho foram forçados a abdicar), todo o país se levantou em armas.
  - Os regimentos espanhóis que tinha entrado em Portugal como aliados dos franceses acompanharam a revolta. Antes de sair do porto, o general que ali comandava os espanhóis reuniu a gente grada da terra e pôs a questão: a independência ou o domínio francês? Os portuenses escolheram a independência mas, no dia seguinte, vendo-se sem o apoio espanhol e sem força contra os franceses, voltaram a aceitar Junot. Entretanto a revolta reacendia-se em Braga e dali alastrava a todo o Norte. **Em todo o país, excepto Lisboa, generalizou-se o levantamento.**
  - Os levantamentos de Junho a Julho de 1808 apresentam em comum o facto de a iniciativa ter partido do povo, a recusa de acatar as autoridades civis estabelecidas, mesmo quando eram portuguesas, e, em vários casos (Porto, Braga, Viseu, Castelo Branco, Évora), a escolha dos prelados das respectivas dioceses como detentores do supremo poder.
  - O patriotismo assumiu então a acepção de anti-liberalismo, e essa conotação, que parece ter nascido do rescaldo da primeira invasão francesa, deixou vestígios profundos e duradouros na mentalidade popular
  - Um exército inglês dirigiu-se por mar à Galiza, disposto a apoiar o levantamento espanhol. Dali navegou para o Porto, entendeu-se com a Junta provisional e foi desembarcar na Figueira da Foz. A guerra decidiu-se depressa. O desembarque foi em 1 de Agosto. **O exército francês tentou barrar o caminho às forças inglesas, mas foi derrotado na Roliça (17 de Agosto) e no Vimeiro (21 de Agosto).**

- Junot, ao regressar a Lisboa, mandou propor um acordo ao quartel-general inglês: armistício, cessação da guerra, sem vencedores nem vencidos, e regresso do exército francês a França, a bordo dos navios ingleses. Os ingleses exigiram que do acordo fizesse parte a entrega dos navios de uma esquadra russa que então se encontrava fundeada no Tejo.
- **O acordo foi assinado em 30 de Agosto e ficou conhecido pelo nome de Convenção de Sintra.** Os intervenientes foram apenas os representantes dos exércitos francês e inglês, apesar das insistências do comandante português para ser admitido às negociações.
- O texto aprovado fixava as condições de retirada das tropas francesas, que levavam consigo “armas, bagagens, e as propriedades particulares, quaisquer que estas fossem, se nada se lhes poder tirar” Esta cláusula impedia o confisco do produto dos saques. A vantagem que os ingleses obtinha com este acordo era a entrega, sem combate, da cidade de Lisboa e das fortalezas do Tejo. As tropas do exército de Junot concentraram-se em Lisboa e o embarque fez-se em Setembro.
- Entretanto, em Lisboa, reassumia as funções a Junta de regência, com substituição dos membros que mais se tinham evidenciado na colaboração com o invasor.
- Apesar de no texto da Convenção de Sintra se ter definido o princípio de não perseguição por ideias políticas favoráveis à França, após a arrumação militar seguiu-se imediatamente o ajuste de contas político: houve uma verdadeira montaria aos que tinham colaborado com o invasor, ou até os que eram tidos na conta de liberais. No Porto funcionou um tribunal revolucionário, em Lisboa, as autoridades encorajaram a perseguição, garantindo aos denunciadores o anonimato. O patriotismo confundiu-se com anti-liberalismo; por muito tempo, a ideia de patriotismo andou enleada na de tradicionalismo e as tendências progressivas foram suspeitas de anti-nacionais.

## 2ª Invasão: 1809 – Soult

- A situação espanhola agravou-se até ao ponto de Napoleão vir pessoalmente dirigir a guerra. Mas o exército francês teve grandes dificuldades em submeter a península. Napoleão distribuiu ao general Soult a missão de reocupar Portugal.
- O general Soult, depois de expulsar os ingleses, atravessou a Galiza até ao rio Minho. As tropas portuguesas impediram a travessia do rio, mas o exército francês subiu o curso do rio até Orense e entrou em Portugal pela fronteira de Chaves.
- **Ao contrário da primeira invasão, à segunda deparou-se aguerrida oposição das populações e das tropas portuguesas.** Vencida a resistência que encontrou nos arredores de Braga, **Soult entrou no Porto em 29 de Março de 1809.** O bispo da diocese, que dirigia a defesa, recusou as propostas de rendição que lhe foram apresentadas e a tomada da cidade foi muito sangrenta

- Soult, durante o curto período que permaneceu no Porto, procurou e conseguiu merecer as simpatias da população. O partido afrancesado mostrou-se extremamente activo e, em 25 de Abril de 1809 uma deputação das três ordens (clero, nobreza e povo) procurou o marechal para lhe dizer que “ Sua Majestade o Imperador e Rei se dignasse nomear um príncipe de sua casa ou qualquer outro de sua escolha para reger os povos e reinar em Portugal”. As autoridades civis, militares e religiosas da cidade associaram-se ao pedido. A ausência da família real começava a causar um profundo descontentamento.
- O tempo não permitiu a Soult levar mais longe os seus planos políticos. A resistência portuguesa mostrava-se aguerrida. No Norte, o general Silveira conseguia reconquistar Chaves aos franceses. De Coimbra, logo que se soube que Soult entrara no Porto, o batalhão académico, acompanhado por outras forças, avançou para o Norte, para dificultar o avanço francês.
- De Inglaterra chegaram importantes reforços e, no princípio de Maio, os generais Wellestey e Beresford, à frente de 25 mil homens, se aproximavam do Porto, obrigando Soult a uma retirada.
- Nesta altura, as autoridades inglesas tinham o completo controlo da administração portuguesa e o exército inglês enquadrava fortes contingentes portugueses, treinados e comandados por oficiais britânicos.
- Na opinião liberal chegou-se a esboçar um movimento de serem reunidas cortes, destinadas a elaborar uma constituição, a exemplo do que se passara em Espanha mas, do rio de Janeiro, vieram instruções para se evitar a todo o custo tal solução. A presença militar inglesa garantia que essa posição política fosse acatada e contribuiu assim para o bloqueio da normal evolução das instituições portuguesas.

### **3ª Invasão: 1810- Massena**

- A presença de grandes forças inglesas em Portugal era uma ameaça grave para o domínio da Europa pelos franceses, e o Imperador decidiu, na **primavera de 1810**, empreender novo esforço para expulsar os britânicos da Península Ibérica.
- O exército francês, comandado pelo marechal Massena, entrou pela fronteira da Beira, apoderou-se da praça forte de Almeida e desenhou um movimento de avanço sobre Lisboa. O exército francês só foi detido nas linhas de Torres Vedras, sistema de obras defensivas instalado pelos ingleses nas colinas a norte de Lisboa. Sem forças para vencer essa linha defensiva e sem receber reforços da França, **Massena iniciou a retirada de Portugal em Abril de 1811, perseguido pelo exército aliado. A guerra continuou ainda, mas já fora do território português, até Março de 1814.**

### Considerações sobre as invasões francesas

- A Guerra peninsular assumiu, em várias fases, uma violência superior à de quaisquer outras guerras ocorridas em Portugal. As suas consequências destruidoras foram extremamente graves e as repercussões sociais e económicas duradouras.
- Ingleses e franceses disputaram no solo ibérico a hegemonia da Europa e isso permitiu que a França e a Inglaterra pudessem, mesmo durante a guerra, continuar os seus processos de desenvolvimento económico, ao passo que em Portugal e em Espanha todas as nascentes iniciativas de indústria e comércio foram destruídas
- O atraso de Portugal em relação aos países mais avançados da Europa aumentou muito. Toda a organização tradicional foi abalada e, durante anos, os povos viveram no meio da violência e foram levados a terríveis situações de miséria
- O número de mortos nos combates e nas chacinas de represália foi calculado como excedendo 100 mil. Muito mais alto foi o dos que pereceram de fome, pois a população registou então uma descida em termos absolutos.
- A ausência da corte e das camadas cimeiras da sociedade civil era mais um factor negativo a impedir a reconstrução da vida nacional. No vazio político resultante da ausência do trono, os ingleses impunham a sua autoridade e canalizavam o produto das suas cobranças de impostos para os objectivos de defesa, que consideravam prioritários em relação a quaisquer outros.
- Uma profunda crise política, social e económica lançava a sua sombra sobre os escombros do país quando, em 1814, a guerra acabou.

### A corte no Brasil e a situação na metrópole

- Com a mudança dos órgãos da administração central, para o Brasil, O Rio de Janeiro tornou-se efectivamente a capital portuguesa. A política seguida para com o Brasil passou a ser completamente outra, a velha teoria do “pacto colonial” (segundo a qual o país colonizador tinha direito ao monopólio da exploração económica do país colonizado como compensação da protecção que lhe dispensava), vinda desde a época pombalina, foi abandonada
- O primeiro acto de descolonização económica foi o Decreto de 28 de Janeiro de 1808, que abriu os portos brasileiros aos navios estrangeiros em condições de igualdade com os portugueses e permitiu a importação de mercadorias de todas as procedências, o que representava o cumprimento de compromissos assumidos para com a Inglaterra, que havia feito essa exigência durante as negociações de 1807. A

partir de então, foram sendo suprimidas, uma após outra, todas as antigas limitações e subordinações à metrópole

- As actividades económicas entraram num ritmo de desenvolvimento rápido. Em 1815, o Brasil foi elevado á categoria de reino e essa qualificação honorífica traduzia uma realidade : deixara de facto de ser uma colónia do ponto de vista económico. Mas com a progressiva independência económica acentuava-se a tendência para a separação política, que era animada pelo exemplo da independência norte-americana.
- Em 1817 eclodiu no Recife uma revolta contra os portugueses, durante a qual se defendeu a ideia da proclamação de uma República, a ligação económica com os Estados Unidos e o boicote aos produtos portugueses. A repressão foi sangrenta.
- O Brasil constituía então uma base essencial da economia portuguesa. A nossa exportação era quase toda (excepto o vinho do porto) canalizada para os portos brasileiros, a nossa importação vinha quase toda do Brasil, as matérias-primas tropicais faziam escala em Lisboa e dali eram reexportadas para o exterior. Todo o comércio dependia desse sistema e desse tráfico vivia a marinha mercante. A emancipação económica do Brasil teve portanto consequências graves na economia portuguesa.
- Na metrópole, o Governo estava confiado a uma junta de governadores, dependente das instruções recebidas do Rio. Mas a ausência dos órgãos centrais do poder enfraquecia a autoridade do Governo metropolitano.
- A verdadeira força no meio desta desagregação geral do Estado era a que o exército representava, e o comando do exército estava nas mãos dos oficiais ingleses. Terminada a guerra, os ingleses mantinha, o país em estado de mobilização e conservavam nas fileiras perto de 100 mil homens
- As estruturas políticas da monarquia, amenizadas pela ausência dos seus órgãos, eram assim substituídas por uma forte organização militar, que funcionava como o verdadeiro instrumento da submissão política do país.
- As relações entre o poder civil e o poder militar eram más e, dentro do exército, eram também más as relações entre os oficiais portugueses e oficiais ingleses, porque os primeiros se queixavam de ser preteridos nas promoções pelos segundos.
- Em 1817, o comandante inglês, Beresford, foi informado da existência de uma conspiração entre os oficiais portugueses. Desse facto deu conhecimento ao Governo, que reprimiu a tentativa com uma severidade que não era habitual: todos os implicados foram enforcados, entre eles o general Gomes Freire de Andrade, figura de grande prestígio entre os meios militares e simpatizante com as ideias novas.

## O movimento liberal

- **A situação portuguesa era, em 1820, de crise em todos os planos da vida nacional: crise política**, causada pela ausência do rei e dos órgãos do governo; **crise ideológica**, nascida da progressiva difusão, nas cidades, de ideias políticas que consideravam a monarquia absoluta um regime opressivo e obsoleto; **crise económica**, resultante da emancipação económica do Brasil; **crise militar**, originada pela presença dos oficiais ingleses nos altos postos do exército e pela emulação dos oficiais portugueses, que se viam preteridos nas promoções. O próprio governo se dava conta da urgência de uma reforma séria, sem a qual se corria o risco de uma revolução.
- A estes factores internos de inquietação somava-se a **situação política da Espanha**. Durante o período das lutas napoleónicas, os resistentes espanhóis tinham aprovado uma Constituição ( Constituição de Cádiz, 1812) que estava em vigor quando, após a queda de Napoleão, o rei Fernando VII pôde regressar a Espanha; suspensa então a Constituição, Fernando VII governou como rei absoluto, mas em 1820 um pronunciamento militar em Cádiz, rapidamente secundado por muitas províncias, obrigou o rei a voltar ao regime constitucional (Março de 1820)
- Foi nesta conjuntura que surgiu a revolução portuguesa de 1820. A iniciativa partiu de um pequeno grupo de burgueses portugueses, homens politicamente doutrinados, que haviam, em 1818, formado uma tertúlia política, o **Sinédrio**, cujo objectivo era manter o contacto e discutir a evolução da situação em Portugal e em Espanha. A figura mais notável era Fernandes Tomás.
- Os intelectuais do Sinédrio não tiveram dificuldade em obter a adesão de muitos militares das guarnições do Norte. Em **24 de Agosto de 1820**, um regimento de artilharia saiu do seu quartel, ouviu missa campal debaixo de formatura e, com uma salva de vinte e um tiros, anunciou que estava feita a revolução. Um dos coronéis leu uma proclamação onde se dizia: “ Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um Governo provisional que chame as Cortes a fazerem uma Constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males”
- Iniciaram-se os preparativos para uma marcha sobre Lisboa, onde entretanto a regência reunia forças para se opor à revolução do Porto. Mas em 15 de Setembro as tropas de Lisboa revoltaram-se também, aderindo ao movimento.
- A revolução não encontrou qualquer resistência e despertou um enorme entusiasmo. Acreditava-se que se entrara numa nova era da história e **via-se na futura Constituição a solução miraculosa de todos os problemas portugueses**.
- Foi também com entusiasmo que a revolução foi bem recebida no Brasil, mas aí por outros motivos. Os naturais viam na gente da corte uma presença incómoda e forasteira. Brasileiros e portugueses encontravam-se assim reunidos no apoio à revolução liberal. eclodiram revoltas liberais no Pará, na Baía e no Rio de Janeiro. Esta última partiu da guarnição militar portuguesa

- O príncipe herdeiro, D. Pedro, serviu de interlocutor entre o rei e as tropas revoltadas e o **rei acabou por jurar que aceitaria a Constituição** que as cortes de Lisboa viessem a decretar, qualquer que ela fosse (24 de Fevereiro de 1821)
- A partir de então, o príncipe D. Pedro passou a ter papel de grande relevo nos movimentos políticos brasileiros, já todos orientados para a independência política.
- O rei iniciou preparativos para regressar a Portugal, acatando as exigências das cortes de Lisboa e as insistentes recomendações dos ingleses, que viam no vácuo deixado pela saída da corte um factor favorável à expansão dos seus próprios interesses.
- Apesar da maior parte dos homens do Sinédrio terem ligações com o comércio, o seu liberalismo tinha na base não uma situação económica, mas a leitura de livros estrangeiros, as ideias bebidas no convívio universitários e nas lojas maçónicas.
- A revolução de 1820 foi uma revolução nascida de teorias, não de factos; a política foi desde então muitas vezes uma polémica teórica, uma política de argumentos e não de procura de soluções directas.
- Um dos resultados do doutrinário foi o adiamento da adesão das camadas populares, sobretudo da província, ao Estado liberal. Este explicava-se não em propostas concretas de solução de problemas, mas em apologias de novos valores de cultura política, que o povo não tinha sido preparado para entender.
- O povo rural era, na sua quase totalidade, analfabeto e estava impregnado de uma cultura de tipo tradicional e religioso. A única organização que enquadrava a totalidade da população e mantinha com ele permanente contacto era o clero. Ora o doutrinário dos liberais de 1820 era anticlerical, e isso desencadeou desde o principio uma situação de conflito, que levou o clero a declarar a revolução “inimiga do trono e do altar”.

## I- A MONARQUIA CONSTITUCIONAL

(1820-1910)

### O vintismo e a Constituição de 1822

- A Junta Provisional que tomou conta do poder após a revolução ordenou a realização de cortes constituintes, cujos deputados foram eleitos por um sufrágio indirecto em três graus: as paróquias elegiam eleitores paroquiais, os eleitores paroquiais designavam eleitores de comarca e estes elegiam os deputados.
- **Os deputados que foram eleitos pertenciam, na sua totalidade, às fileiras liberais, com predomínio das alas mais radicalizadas.** Predominavam os doutrinários e os diplomados e havia muitos elementos da burguesia mercantil ou

da burguesia agrária. A sua obra veio a orientar-se por isso, por um lado, no sentido de definição de um regime constitucional puro, sem compromissos nem concessões e, por outro, no de tentar impor de novo a tutela colonial ao Brasil e de tentar valorizar a comercialização e preço dos produtos das terras, sem preocupação pela sorte dos camponeses.

- Aos homens que desencadearam a revolução de 1820 e que colaboraram na Constituição de 1822 deu-se o nome de vintistas. O vintismo seria, por muito tempo, a posição mais audaciosa e exigente do constitucionalismo.
- A **Constituição, directamente inspirada pela Constituição de Cádiz**, obedece aos seguintes princípios:
  - **Ideia da soberania nacional:** o único verdadeiro soberano é a nação, não o rei. À nação compete declarar a vontade colectiva e essa vontade exprime-se na lei. Para isso elege a nação os seus representantes, e só estes podem fazer a lei.
  - **Supremacia do poder parlamentar sobre o poder real:** as Cortes são constituídas por uma só câmara, de mandato bienal e eleita por sufrágio universal e directo, excluídos analfabetos, mulheres e frades. Exercem as suas atribuições sem dependência alguma. O rei não pode suspender, dissolver ou interferir no funcionamento das Cortes.
  - **Limitação da autoridade real:** o rei só tem, em princípio, a autoridade que a nação lhe atribui, nos termos da Constituição. É o rei e chefe do poder executivo, que exercerá através de secretários de Estado por ele nomeados; mas as Cortes podem nomear os secretários de Estado quando perigar a liberdade da nação ou o sistema constitucional. As decisões do rei só serão válidas quando assinadas pelos respectivos ministros. Nem o rei nem os ministros poderão tomar qualquer iniciativa legislativa.

## A independência do Brasil

- Quando, em 1821, D. João VI embarcou para Portugal, o movimento separatista dominava todos os meios intelectuais e económicos do Brasil e a marcha para a independência era um movimento irreversível.
- A situação económica era de prosperidade, em contraste com a decadência portuguesa. Havia a ideia da superioridade do Brasil em relação à velha metrópole.
- Todas as correntes políticas aspiravam à independência, mas enquanto as camadas formadas por portugueses ou seus próximos descendentes desejavam uma união entre os dois reinos (do tipo Inglaterra- Irlanda ou Áustria-Hungria), outros sectores eram por uma independência sem qualquer espécie de relação com a antiga metrópole.
- A figura de maior relevo no processo de independência do Brasil é José Bonifácio de Andrade e Silva. A José Bonifácio se deve o plano de colocar o prestígio da instituição real ao serviço da unidade política do Brasil, evitando que este se desmembrasse em pequenos Estados, de acordo com a tendência revelada por repetidos movimentos separatistas locais, tendência que a atitude das Cortes Constituintes de Lisboa, ao defender as juntas locais, ameaçava encorajar.

- Tudo indica que, qualquer que tivesse sido a evolução política portuguesa, o Brasil teria proclamado a independência nos anos que se seguiram à saída da corte. Mas a causa próxima da separação foi o conflito entre D. Pedro e as Cortes Constituintes.
- Logo que desembarcou em Lisboa, D. João VI comunicou às cortes que confiara ao príncipe herdeiro a regência do Brasil. Os deputados não reconheceram ao rei autoridade para designar regentes e decretaram o regresso de D. Pedro a Portugal. O Governo devia entretanto ser assegurado pelas juntas surgidas nas várias províncias brasileiras, que ficariam directamente dependentes de Lisboa. A essa primeira medida outras se seguiram: extinção dos tribunais de última instância que D. João VI instalara no Brasil e, por fim organização de uma expedição militar para por fim à crescente resistência que a autoridade portuguesa estava a encontrar no Brasil.
- **Foi no momento em que recebeu notícias idas de Lisboa sobre os decretos das Constituintes que D. Pedro anunciou a ruptura decisiva com Portugal:** “Independência ou morte” é a frase romântica que depois lhe atribuíram ( grito de Ipiranga, **7 de Setembro de 1822**)
- À declaração da independência seguiu-se a declaração da guerra. O estado de guerra manteve-se até 1825, sem episódios militares além de alguns combates da Baía, que entretanto ficara dominada por tropas portuguesas. Mas durante esses anos as relações comerciais foram muito atingidas

## Regresso ao absolutismo

- **A evolução da política espanhola decidiu a sorte da primeira experiência constitucional portuguesa.** Fê-la nascer e fê-la morrer. Em **1823**, um exército francês, agindo na execução do programa político anti-liberal da Santa Aliança, penetrou em Espanha, derrotou os partidários da Constituição de 1812 (Constituição de Cádiz) e **restaurou a monarquia absoluta**. O facto não demorou muito a repercutir-se em Portugal.
- Em Lisboa, o próprio palácio real conduzia a reacção às novas instituições. Os conspiradores reuniam-se à volta de D. Carlota Joaquina, irmã do rei de Espanha e aguerrida adversária dos liberais. O Infante D. Miguel servia-lhe de instrumento para os manejos contra-revolucionários.
- Entretanto, o entusiasmo nos milagres que se esperavam da Constituição ia arrefecendo; o clero e a nobreza hostilizavam abertamente a revolução e o Governo parlamentar, cujas leis já não deixavam dúvidas de que os seus privilégios iam acabar. A burguesia ligada aos negócios sentiu-se desapontada com o rumo tomado pela questão brasileira.
- Em **27 de Maio de 1823**, o infante **D. Miguel lançou em Vila Franca o pregão da revolta**. A guarnição de Lisboa foi juntar-se aos revoltosos. Sem Forças para resistir, as Cortes dissolveram-se e o rei aceitou os factos consumados, suspendendo a vigência da Constituição de 1822 e prometendo a promulgação de nova lei fundamental que garantisse a segurança pessoal, a propriedade e os

empregos. A essa revolta, que marca o fim do primeiro período constitucional, chamou-se “ Vila-Francada”

- Mas, em Portugal como em Espanha, os adversários do constitucionalismo estavam divididos em duas correntes: a moderada e a radical.
- D. João VI pendia para a facção moderada; os ministros que escolheu depois da Vila-Francada oscilavam entre o absolutismo paternal e conciliador e o liberalismo conservador e tímido.
- Carlota Joaquina chefiava os radicais, que exigiam absolutismo sem concessões e repressão dura das ideias novas. Passado um ano organizou nova revolta: D. Miguel, à frente do exército, anunciou que o rei corria perigo de vida, prendeu os ministros e preparou-se para assumir o poder. O corpo diplomático interveio, retirando o rei do paço, onde estava prisioneiro. D. Miguel foi mandado sair do país e a corrente moderada manteve-se no poder. A revolta gorada recebeu o nome de “Abrilada”, por Ter ocorrido em Abril de 1824.
- Em **1826, D. João VI morre**. A questão política passou a partir daí a confundir-se com a **questão dinástica da sucessão no trono**: dos dois filhos de D. João VI, um, D. Pedro, representava o constitucionalismo, o outro, D. Miguel, representava o absolutismo.
- A sucessão normal seria a de D. Pedro, como primogénito. Mas os absolutistas afirmavam que, ao afirmar a independência brasileira e ao tornar-se soberano de um país estrangeiro, perdera não só o direito de suceder no trono, mas até a nacionalidade portuguesa. A esse argumento jurídico acrescia um outro: ninguém previa que o imperador do Brasil viesse residir em Lisboa, e isso representava que a sede do governo voltaria a funcionar no Rio de Janeiro.
- Mas a escolha de D. Miguel também tinha dificuldades. A sua conduta na Abrilada, a submissão política à facção extremista de Carlota Joaquina, levava não só os liberais como também os moderados, a não o querer ver no trono. D. Pedro tinha portanto de escolher: Portugal ou Brasil
- Em Lisboa, a **regência nomeada, pouco antes de morrer, por D. João VI considerou D. Pedro o rei legítimo** e enviou uma missão para o cumprimentar. D. Pedro julgou poder resolver o problema por uma solução de compromisso que, a seu ver, teria o apoio das três correntes: liberais, moderados e absolutistas.
- Essa solução consistia em abdicar da coroa portuguesa numa filha, Maria da Glória, então com 7 anos. **A abdicação dependia de duas condições: que em Portugal fosse jurada uma nova Constituição, a Carta Constitucional, e que D. Miguel casasse com a pequena rainha**
- Ao passo que a Constituição de 1822 tinha sido elaborada pela Nação e imposta ao rei, a Carta fora preparada pelo rei em sua “real sabedoria” e concedida, como uma

dádiva à Nação. Segundo o vintismo, havia rei por haver Constituição; segundo o cartismo, havia constituição por haver rei.

- **Na Carta Constitucional, o rei era o órgão do poder moderador, expressão que designava a chefia efectiva e autoritária do Estado: podia convocar, adiar e suspender as Cortes, recusar a promulgação das decisões parlamentares, nomear e demitir os ministros, que não dependiam de voto de confiança das Cortes para se manter no poder. Também a constituição do Parlamento era profundamente alterada: passava a ser formada por duas câmaras ( a dos deputados e a dos pares), sendo estas nomeadas pelo rei, com carácter vitalício, hereditário e sem limite de número.**
- O plano de D. Pedro, que teve o apoio inglês, começou a ser posto em execução. D. Miguel celebrou os esposais do casamento e jurou cumprir a carta. Mas a solução não agradava a ninguém: os absolutistas queriam o governo de D. Miguel e desejavam o regresso imediato ao poder absoluto, os liberais vintistas não concordavam com a Carta. A Espanha apoiava de todos os modos a restauração da monarquia absoluta: com pressões políticas, dinheiro, armamento e apoio às incursões que, atravessando a fronteira, penetravam profundamente no país.
- **D. Miguel reentrou em Portugal em 1828**, entre aclamações e perseguições aos liberais. **As Cortes, convocadas segundo o antigo estilo da monarquia, declararam abolida a Constituição e reconheceram D. Miguel como rei legítimo. O absolutismo radical dominou completamente** o Governo e a perseguição aos liberais fez milhares de vítimas e provocou uma onda de terror; muitos tiveram de fugir do país.

## A Guerra Civil

- A situação de guerra civil dominou o país de **1828 até 1834**
- A primeira reacção militar contra o novo absolutismo deu-se logo em 1828, com uma revolta que, centrada no porto, alargou a quase todas as cidades para o norte do Mondego, com a adesão de oficiais que sublevaram as guarnições.
- Já nessa altura estavam refugiados em Inglaterra os principais chefes da cauda liberal: Palmela, Terceira e Saldanha. Ao saberem dos acontecimentos de Portugal, fretaram um velho vapor, o Belfast, que os levou ao Porto, onde instalaram um Governo provisório. O mesmo navio lhes serviu para abandonarem a cidade à aproximação do exército miguelista. As tropas liberais saíram da cidade e conseguiram chegar á Galiza, onde uma parte embarcou para Inglaterra.
- O rescaldo da revolta foi o ensejo da primeira grande manifestação de terror miguelista: mais de mil prisões, julgamentos sumários, numerosas condenações à forca, das quais só se puderam cumprir doze porque maioria dos condenados estava em Inglaterra.
- Desde 1820, as ideias liberais tinham conquistado muita gente, e agora já não apenas no sector intelectual, mas em todas as camadas da população.

- Pela mesma altura revoltaram-se a favor dos liberais a madeira e a ilha Terceira. A primeira foi dominada pelos miguelistas, mas a revolta terceirense aguentou-se firmemente e veio a ter consequências decisivas pois para ali se dirigiram os refugiados em Inglaterra, quando o governo inglês lhes começou a criar dificuldades, podendo-se reunir assim as forças dispersas do liberalismo perseguido
- Em **1830 deu-se uma viragem na política europeia**: em Paris, a revolução de Julho derrubou de vez a sobrevivência do antigo regime, representada pela monarquia aristocrática de Carlos X e os movimentos liberais reacenderam-se na Europa.
- Em Lisboa houve duas revoltas em 1831, uma delas movida pelos sargentos e liquidada por furiosos combates que fizeram mais de 200 mortos.
- No próprio Brasil, o vento de 1830 se fez sentir, aumentando a oposição popular ao governo do Imperador. Em **7 de Abril de 1831, perante um tumulto, D. Pedro abdicou a coroa imperial e embarcou para Inglaterra**, parece que para recuperar o trono português. Mas não encontrou apoio político da França nem de Inglaterra e passou a usar o título de duque de Bragança, regente de Portugal, até que a rainha, sua filha, pudesse exercer o poder.
- Durante os meses que passou em Londres, conseguiu dinheiro emprestado, comprou navios de guerra, armas, recrutou mercenários. No ano seguinte seguiu para os Açores e ali organizou a expedição que, em **8 de Julho de 1832, desembarcou no Mindelo**, uma praia que ficava a três léguas da cidade do Porto.
- A esperança em que D. Pedro ia de ser recebido triunfalmente como libertador não se confirmou. O primeiro oficial enviado a terra para convencer as tropas miguelistas a aderir foi ameaçado de fuzilamento e reembarcou entre apupos e vivas a D. Miguel
- O exército invasor avançou sobre o **Porto**, que o exército miguelista abandonou sem combater. **Durante um ano, a guerra limitou-se ao cerco do Porto**. A desproporção das forças era grande: 80 000 homens do lado miguelista e 7 500 liberais. Mas uma hábil linha de fortificações foi criada à volta da cidade e todos os esforços esbarraram nela.
- A esquadra garantiu sempre o acesso ao mar e isso permitiu o abastecimento de armas, mantimentos e soldados comprados ou recrutados em Inglaterra e França. A população portuense aderiu com firmeza à causa de D. Pedro e ajudou-o com dinheiro, trabalho e contingentes de soldados. Mas a situação agravava-se de mês para mês e a derrota chegou a parecer inevitável e, então, fizeram-se diligências para uma mediação inglesa.
- Em **Junho de 1833** foi enviado ao Algarve um corpo de tropas para obrigar o exército absolutista a distrair forças ( os liberais fizeram uma manobra de diversão e disseram que iam atacar Lisboa), aliviando a pressão sobre o Porto. As províncias do Sul não estavam preparadas para a guerra e a pequena expedição pôde, quase

sem resistência, **apoderar-se do Algarve e marchar depois para Lisboa, onde entrou sem luta em 24 de Julho.**

- **A ocupação da capital decidiu a guerra.** A Inglaterra e a França reconheceram o Governo liberal . **A luta continuou ainda**, sangrenta e movimentada, por mais um ano, mas os absolutistas, enfraquecidos pelo desânimo, pelas deserções e pelas sucessivas derrotas, **acabaram por depor armas em Maio de 1834** ( Convenção de Évora Monte). D. Miguel embarcou para o exílio entre vaías populares, protegido por um esquadrão de cavalaria do exército vencedor.

### **O país em 1834**

- A situação política imediatamente após o triunfo liberal caracterizava-se pela precariedade do poder executivo, pela falta de definição ideológica das correntes políticas, pela marginalização das camadas populares, pela indisciplina e ingerência dos chefes militares.
- O chefe do executivo era o rei; mas a função real era exercida por D. Maria II, que tinha apenas 15 anos. Em 1834, D. Pedro morre e a chefia efectiva do Estado recaiu sobre a inexperiente rainha e assistida por conselheiros cortesãos que na maior parte pertenciam à alta nobreza e se esforçavam por usar a realeza como escudo contra a revolução.
- As **correntes políticas** então definidas eram **duas**: a **moderada**, que defendia a vigência da **Carta Constitucional de 1828**, e a **avançada**, que defendia a **Constituição democrática de 1822**. Mas ambos os partidos estavam desorganizados, nenhum se sentia solidário com o trono e a definição ideológica estava longe de ser clara
- Esta situação de crise económica, política, ideológica e militar dificultou a estabilização do novo regime. Até que essa estabilização fosse atingida decorreram 18 anos de confrontações violentas entre a direita e a esquerda do liberalismo.

### **Legislação liberal. A liquidação dos arcaísmos**

- Do ponto de vista legislativo, as inovações de maior relevo do constitucionalismo monárquico foram a legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil.

#### **a) A legislação de Mouzinho da Silveira**

- Mouzinho da Silveira (1780-1849) estava já muito experimentado na administração pública quando, em 1823, foi nomeado ministro da Fazenda. Depois de

restabelecido o absolutismo, ficou algum tempo no poder, mas foi rejeitado por todos, primeiro pelos absolutistas e depois pelos liberais.

- Foi durante dez meses de governo (os primeiros em Ponta Delgada, os últimos no Porto e entre uns e outros o desembarque no Mindelo) que Mouzinho redigiu o conjunto de leis que viria a formar o único núcleo legislativo verdadeiramente revolucionário da revolução liberal..
- Mouzinho, ao arripio dos políticos do tempo, pensava que as ideias políticas são resultantes das realidades económico-sociais que lhe estão na base. Os seus decretos visaram portanto libertar as actividades económicas da rede de sobrevivência que as apertava e criar as condições fundamentais para a implantação do Estado que no seu tempo se considerava moderno e progressivo.
- As linhas gerais da obra, que foi legislada em textos numerosos, são o fim dos privilégios, a igualdade à partida, a liberalização económica, a eficiência do aparelho governativo.
- Posta em prática depois do triunfo militar liberal, este conjunto legislativo representou, no plano efectivo dos factos, a liquidação do antigo regime.

## **b) A extinção das ordens religiosas e a venda dos bens do Clero**

- Mouzinho secularizou, ainda nos Açores, alguns conventos. Mas foi o decreto de 1834, devido a António de Aguiar ( a quem, por isso, se chamou depois o *Mata-Frades*), que pôs termo à maioria das ordens religiosas e lhes nacionalizou os bens.
- O processo de extinção e confisco prolongou-se por muito tempo e em 1864 e após a implantação do regime republicano voltaram a verificar-se secularizações em grande escala.
- A propriedade eclesiástica tinha, em 1820, uma extensão enorme. Começara a formar-se muito antes da monarquia; muitos solos nacionalizados durante o século XIX pertenciam à Igreja desde a época visigótica. Geração após geração, esse património tinha sido aumentado por dádivas e legados testamentários.
- Não existe um cálculo seguro sobre o valor da riqueza imobiliária da Igreja e do Clero ao iniciar-se a revolução liberal, mas as estimativas andam á volta de uma terça parte do conjunto das terras cultivadas. Havia, além disso, muitas centenas de edifícios e avultados bens móveis, designadamente valores artísticos.
- Tudo foi posto em hasta pública e vendido. A afluência ao mercado imobiliário de muitos milhares de grandes e pequenas propriedades, numa fase de crise económica, provocou uma grande baixa de valores e a venda rendeu muito menos que o previsto.

- O resultado social também não correspondeu às expectativas; julgava-se que da venda iria resultar a divisão, o acesso à propriedade dos cultivadores pobres e, portanto, uma reforma agrária.
- De facto, os pobres, eram pobres de mais para poder comprar e a operação favoreceu especuladores que dispunham de dinheiro, ou principalmente de crédito, e levou à constituição da grande propriedade.
- Mesmo assim, não foi possível vender tudo. Durante muitos anos, os antigos bens da Igreja, agora denominados bens nacionais, foram uma espécie de reserva a que o Estado recorria nas alturas de aperto, que aliás eram constantes. Por fim, na posse do Estado ficaram só os grandes conventos, onde foram instalados quartéis, repartições públicas e tribunais.
- Quais as consequências económicas e sociais da venda dos bens eclesiásticos? O que se pode dizer é que a terra, como instrumento de produção, deixou de estar na posse de congregações de espírito tradicional e que possuíam a terra para prover ao seu próprio sustento, e passou a ser explorada por empresários que tinham por objectivo fazer dinheiro. Este facto, conjugado com a construção das estradas e vias férreas na Segunda metade do século XIX, intensificou o movimento de comercialização do produto agrícola e contribuiu para o enriquecimento da burguesia, mas não melhorou a situação dos camponeses pobres.

### **c) A questão dos municípios**

- É também a Mouzinho da Silveira que se deve a primeira reforma administrativa do liberalismo, feita em 1832 num sentido fortemente centralizador: o poder central nomeava os seus representantes nas autarquias e eram esses representantes que realmente as governavam, ficando os corpos eleitos reduzidos a uma secundária posição de cooperação.
- Nasceu então um debate que ainda não acabou. Os factos impunham a centralização, mas os princípios exigiam a descentralização, que se considerava mais conforme ao ideal democrático e entendia-se, além disso, que esta era a solução da tradição portuguesa.
- Nenhuma outra questão foi tantas vezes legislada. À solução centralizadora de 1832 sucede, logo em 1839, a solução descentralizadora de Passos Manuel. Para que ela pudesse funcionar, foi preciso extinguir quatrocentos e sessenta e seis concelhos (mais de metade dos existentes), porque era evidente que nas pequenas povoações, sem recursos e sem gente instruída, não podiam funcionar governos locais.
- A experiência descentralizadora só durou seis anos; em 1842, Costa Cabral instituiu um novo sistema de centralização. Passou o cabralismo, mas a lei ficou, embora sempre rodeada de viva contestação. Em 1878, num clima de reanimação económica, Rodrigues Sampaio decretou uma vez mais a descentralização. Mas não tardou o descalabro da administração camarária e, em 1886 houve novo Código centralizador.

## d) O Código Civil

- Em 1820, a legislação em vigor era ainda a que se continha nas ordenações Filipinas, completada por muitos textos posteriores que nunca haviam sido compilados. Era uma situação caótica e a reforma e sistematização do corpo de leis era já uma velha aspiração.
- Em 1822, as Cortes estabeleceram um prémio para o melhor projecto de Código Civil que lhes fosse apresentado; mas a ideia de código não era grata aos defensores do antigo regime. Por isso, com o restabelecimento do absolutismo, nenhum projecto chegou a ser apresentado. E assim se chegou a 1850 com os tribunais a aplicar as Ordenações Filipinas (1603), que por sua vez já eram simples reforma das Ordenações Manuelinas (1521).
- Em 1850, foi incumbido de preparar um projecto António Luís de Seabra. O projecto foi transformado em lei em 1867. Assim nasceu o primeiro Código Civil Português. A nova lei não trouxe grandes modificações aos regimes jurídicos anteriores, que de um modo geral manteve, limpando-o apenas dos anacronismos.

## A instabilidade: Setembrismo e Cartismo

- **Os dois primeiros anos da vida política constitucional foram marcados pelo desentendimento entre o Governo e o Parlamento.** A Rainha substituiu quatro vezes o Governo e por fim dissolveu o Parlamento e mandou fazer novas eleições
- **O texto constitucional em vigor era a Carta e a oposição via nisso uma das causas da inércia governativa e da deterioração política e pretendia o regresso ao regime da Constituição de 1822.**
- Em Espanha, em Agosto de **1836**, uma revolta de sargentos (motim da Granja) forçou à reposição da Constituição democrática de 1812. Mais uma vez se manifestou a estreita ligação entre a política portuguesa e a espanhola. **Em Setembro do mesmo ano, um movimento revolucionário em Lisboa obrigou a rainha a pôr em vigor a Constituição de 1822.**
- **A revolução de Setembro** não foi, como as anteriores o haviam sido, um pronunciamento de chefes militares, mas um **movimento popular a que depois as tropas aderiram.**
- O Governo saído da revolução ficou conhecido pela designação de *setembrista* e a palavra *setembrismo* serve, até ao meado do século, para exprimir a ala mais avançada do liberalismo. **A sua duração política não foi longa; vai de 1836 a 1840**, e esse período foi cortado por reacções violentas.
- Logo em **1836**, partiu do palácio real uma **tentativa de golpe de estado para a restauração da Carta**; por detrás dela estava o apoio da Bélgica e da Inglaterra. A

rainha anunciou a demissão do governo e um batalhão inglês chegou a desembarcar, mas as forças populares que tinham feito a revolução de Setembro pegaram em armas, ameaçaram marchar sobre o Palácio de Belém, onde a rainha se encontrava, e fizeram falhar o golpe, que ficou conhecido por *Belenzada*.

- Em **1837 revoltaram-se e proclamaram a Carta os quartéis de muitas cidades da província; Saldanha e terceira assumiram o comando do movimento, que por isso se chamou a revolta dos marechais**. Os setembristas atribuíram-na a maquinações inglesas provocadas pela legislação tributária, que procurava diminuir a importação pela agravação da pauta alfandegária. **A revolta durou de Julho a Setembro e acabou por ser vencida, depois de combates sangrentos**.
- Entretanto, os grupos civis que tinham feito a revolução sentiam-se desapontados com ela e preparavam-se para fazer outra. Os **batalhões da Guarda Nacional** (organização paramilitar com armamento próprio, incluindo artilharia) eram a força do movimento. O mais activo desses batalhões era o dos arsenalistas, formado por artífices do Arsenal, e comandados por Soares Caldeira, que havia sido o verdadeiro chefe civil na revolução de Setembro.
- Na noite de 13 de Março de 1838, as tropas do Governo cercaram os arsenalistas no rossio e metralharam-nos implacavelmente. O “massacre do Rossio” foi de consequências definitivas para o setembrismo, porque o deixou sem força.
- As inovações legislativas de maior relevo da administração setembrista deram-se no campo da cultura: criação dos liceus, fundação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, da Escola Médico-Cirúrgica no Porto, da Escola Politécnica em Lisboa. O prosseguimento da política ultramarina visou a criação, em África, de um segundo Brasil.
- **No Parlamento, revestido de poderes constituintes, preparou-se uma nova Constituição (1838), que representa uma tentativa de compromisso entre a Carta e a Constituição de 1822:**
  - volta-se à divisão tripartida dos poderes, desaparecendo portanto o poder moderador do rei, mas mantém-se-lhe o veto absoluto e robustece-se a chefia do executivo.
  - o Parlamento continuou, como na Carta, a ser formado por duas câmaras, mas a Câmara Alta passou a ser constituída por senadores eleitos e temporários, e não vitalícios e de escolha régia, como sucedia na Carta.
- A Constituição de 1838 não teve vida longa. **Em 1842, depois de um golpe de estado desencadeado no porto por Costa Cabral, a rainha mandou proclamar outra vez a Carta como Constituição política do país**.
- Costa Cabral, de origem popular e camponesa, tinha sido um dos chefes dos arsenalistas. Em breves anos passou da esquerda radical para a direita cartista; em 1839 era já ele o homem forte do poder, onde representava aquilo a que se chama a linha “ordeira”. Esta viragem, agravada pela situação sem precedentes de se ter revoltado e ter derrubado o próprio Governo de que fazia parte, fez enorme escândalo.

- Costa Cabral foi o primeiro representante do realismo político. Como todos os realistas, preocupou-se menos com os princípios do que com os factos, menos com o futuro do que com o presente.
- Os **objectivos** que se propôs atingir foram a restauração da ordem no Estado, a eficiência do serviço público, a docilidade da opinião política. Algumas reformas importantes recaíram sobre o sistema tributário e a contabilidade pública, os serviços de saúde, a organização administrativa, na qual abandonou o rumo romântico de uma descentralização para a qual se invocava a tradição medieval e optou pela subordinação das autarquias ao poder central.

## A Maria da Fonte e a Patuleia

- Ao contrário do que acontecera durante o setembrismo, **estas reformas** não ficaram limitadas aos papéis oficiais ou a ensaios de aplicação nas capitais dos distritos: **foram levadas ao interior do país e foram bulir com a ordem tradicional que continuava a reinar nos meios rurais.**
- Uma medida que provocou a reacção indignada dos povos foi a que **proibia os enterramentos dentro das igrejas**; enterrar cristãos em covas no descampado aparecia como uma ofensa sacrílega e um atentado à dignidade humana.
- Ao mesmo tempo, iniciava-se **o cadastro da propriedade rústica**, base indispensável para o lançamento da contribuição predial. O cadastro implica a avaliação dos prédios e espalhou-se o rumor de que o Governo andava a saber o que valiam as courelas de cada um para as vender aos ingleses. **O descontentamento profundo deflagrou em revolta nos meados de Abril de 1846**, em paralelismo com movimento camponês muito semelhante que, no início desse mês, agitou a Galiza.
- **À revolta dos camponeses minhotos foi dado o nome de Maria da Fonte**, porque as mulheres tiveram um papel muito saliente e porque os primeiros incidentes se verificaram na freguesia da Fonte arcada, concelho da Póvoa de Lanhoso.
- A oposição setembrista deu-se conta da utilidade que a explosão de cólera camponesa podia ter para os seus objectivos políticos e secundou-a com pronunciamentos de políticos e militares em quase todas as capitais de distrito e muitas outras povoações importantes. A capital manteve-se à margem do **movimento que, segundo os setembristas, visava a demissão de Costa Cabral.**
- **O discutido ministro foi então afastado, mas decorridos poucos meses a rainha constituía um ministério de cabralistas fieis. E isso reacendeu a revolta e conduziu à guerra civil da Patuleia.** O termo vem do espanhol *patulea*, tropa fandanga, soldadesca sem disciplina.
- **A Patuleia articula-se com a Maria da Fonte, mas tem características completamente diferentes**, pois não chegou a ser um verdadeiro movimento popular.

- No Porto instalou-se um Governo provisório e preparou-se a marcha sobre Lisboa. De um lado e do outro se fizeram recrutamentos forçados; os soldados combatiam sem convicção e mais de uma vez aconteceu passarem, durante o combate, de um lado para o outro. Mas os exércitos levaram a guerra a todas as províncias do país e houve milhares de mortos.
- A paz só foi restabelecida com a **intervenção estrangeira**, conseguida pelo Governo de Lisboa quando já tinha perdido o controlo político do país. Uma esquadra inglesa e um exército espanhol aprisionaram os navios e as melhores tropas patuleias e **obrigaram os representantes do Governo do Porto a assinar um acordo cujas condições eram a rendição em troca da amnistia ( Convenção do Gramido, 24/06/1847)**

### **A estabilização política: regeneração, rotativismo, caciquismo**

- **À violência da guerra civil sucedeu um período de decepção e de amolecimento político. Entre 1847 e 1851 nada aconteceu:** não se legislou nada de importante, não houve conflitos graves, mas apenas rotinas parlamentares.
- **É nesta penumbra que ocorre o que parecia não ser mais do que uma tentativa de revolução sem importância**, porque não tinha ideias e, portanto, não tinha nem partidários nem adversários.
- O **marechal Saldanha**, que tinha sido o comandante das tropas que combateram a Patuleia, aborreceu-se porque o substituíram no lugar de mordomo-mor e foi proclamar a revolta num quartel em Sintra, onde ninguém aderiu. Dali foi a Mafra à procura de adeptos, mas em vão. Correu os quartéis de Coimbra, Viseu e Porto, mas ninguém quis aderir. Já estava refugiado na Galiza quando soube que os regimentos do porto resolveram aderir.
- Voltou à cidade e foi aclamado com entusiasmo no Teatro de S. João; um orador disse aí que não se tratava de mais uma revolução, mas sim do início de uma regeneração de vida nacional. Essa ideia vinha ao encontro das aspirações de todos depois dos escombros da guerra civil. E foi por “ **Regeneração**” que o movimento ficou conhecido.
- A reacção do Governo de Lisboa foi de decisões enérgicas mas execuções frouxas. Organizou-se um forte corpo militar para combater os rebeldes, e marchou à frente dele o marido da rainha, D. Fernando, que era o comandante-chefe do exército. Mas o exército que devia impor a ordem não passou além de Coimbra e voltou a Lisboa. A rainha teve de escrever para o Porto: “ Faço justiça aos sentimentos do marechal Saldanha. Peço-lhe que venha imediatamente a Lisboa” E entregou-lhe o governo.
- **A política portuguesa entra então numa fase de coexistência tácita. Há a noção generalizada da urgência de progressos materiais, fundamentalmente no campo das comunicações**, e antes que sejam feitos nenhuma classe poderá realizar as suas aspirações de enriquecimento e conforto.

- Todas as facções políticas, que correspondem aos vários naipes da sociedade burguesa, tendem a depor as armas da guerrilha pelo poder e entender-se quanto a uma política de melhoramentos materiais.
- **A Carta continuou em vigor, mas o Acto Constitucional deu satisfação a algumas reclamações setembristas: a eleição de deputados passou a fazer-se por sufrágio directo e o Parlamento ficou o direito de nomear comissões de inquérito aos actos do Governo. Com essa emenda deixava de haver cartistas e anticartistas.**
- A corrente conservadora assumiu a forma de Partido Regenerador e a corrente democrática deu origem ao Partido Histórico e, um pouco mais tarde ao Partido Progressista.
- **Eram, tanto um como outro, posições de centro.** Ambos afirmavam a sua dedicação à realeza, ambos eram liberais, ambos se propunham iniciar a reconstrução económica do país e meter mão à solução da questão financeira, que entretanto se tinha agravado constantemente.
- **Esta continuidade ideológica e programática tornou possível que a passagem do poder de um para outro partido se processasse sem crises violentas.** Estabeleceu-se então o **rotativismo** que dominará a actividade política até ao fim do século.
- O rotativismo bipartidário era, na Europa, um modelo típico do liberalismo parlamentar. O modelo era dado pela Inglaterra: o rei, após cada acto eleitoral, entregava o Governo ao partido que saísse vencedor nas eleições; deste modo obtinha-se que o executivo exprimisse a opinião da maioria.
- Mas no rotativismo português as coisas passavam-se ao contrário: não era que ganhava as eleições que subia ao poder, mas sim que subia ao poder ganhava as eleições. O método para obter a concordância entre Governo e resultado eleitoral era o seguinte: de cada vez que o rei nomeava novo ministério, decretava a dissolução das câmaras e marcava novas eleições. Destas saía sempre vencedor o partido a que pertencia o Governo que o rei tinha nomeado.
- O **caciquismo** desempenhou função básica no sistema eleitoral: era o cacique que estava em contacto com o povo e era ele quem mandava votar; mas, por sua vez, o cacique dependia de um chefe político, e este devia pagar a corretagem dos votos a favor do seu partido. O pagamento fazia-se com nomeações, protecção e outros favores.
- O Governo está em condições de fazer mais favores do que a oposição, e isso, além das irregularidades eleitorais, explicava que o ministério ganhasse sempre as eleições. O caciquismo foi um sistema de facto de sufrágio indirecto, que se sobrepôs ao sistema de direito do sufrágio directo.
- **A vida política baseada nesta engrenagem carecia de autenticidade;** as eleições tornaram-se um dos temas predilectos do sarcasmo e da caricatura nacional.

**Perdeu-se a confiança nas instituições e na representatividade dos quadros políticos.**

- O rotativismo foi-se esgotando a si mesmo e começou a desagregar-se nas últimas décadas do século pelo processo das dissidências, isto é, por perdas de unidade partidária que levaram ao aparecimento de novos partidos.
- **O bipartidarismo converteu-se em pluripartidarismo, tornando impossível o funcionamento do sistema rotativo e acabando por conduzir à queda do constitucionalismo monárquico.**